



PODER / Em reunião entre Lula e líderes de partidos, governo faz ajuste final para que texto seja apreciado hoje, na CCJ, e amanhã, no plenário do Senado. Uma das negociações tratou da inclusão, na pauta, dos vetos do presidente ao marco temporal

Concessões para votar a reforma tributária

» EDLA LULA

Rede social/eduardo braga



O presidente Lula entrou em campo para viabilizar votação e recebeu líderes partidários na reunião do Conselho de Coalizão Política

O governo e o relator da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45, da reforma tributária, senador Eduardo Braga (MDB-AM), fizeram um último ajuste ontem, em reunião do Conselho de Coalizão Política, no texto a ser votado hoje na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Coordenado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o encontro buscou “tratar do atendimento nas negociações” para a votação da matéria, segundo o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA).

Um das negociações trata da inclusão da discussão dos vetos de Lula ao marco temporal. A Frente Parlamentar da Agricultura (FPA) impôs como condição para votar a reforma a introdução do assunto na próxima sessão do Congresso, marcada para quinta-feira.

“É claro que nós, como governo, não vamos trabalhar para derrubar um veto do presidente. Mas consideramos legítimo colocar a discussão para que a oposição faça o seu trabalho de convencimento, e nós também”, disse Wagner.

Segundo as lideranças da base aliada, o governo está muito tranquilo em relação à aprovação na CCJ. Tanto que o líder do governo no Congresso, Raulfon Rodrigues (sem partido-AP) acredita que, hoje mesmo, a matéria pode seguir para o plenário da Casa, economizando um dia na agenda de votação, já que a

discussão no plenário está marcada para amanhã. Nem Raulfon nem Wagner cravaram o número de votos que o Executivo tem garantido para a aprovação.

Wagner destacou que a reforma “não é do governo, mas do país”. “O sistema tributário no Brasil, hoje, é considerado o sétimo pior, numa lista de 190 países”, argumentou o parlamentar,

ao lembrar que existe um consenso sobre a importância de se aprovar o texto.

O senador acrescentou que Braga fará pequenas alterações em seu relatório, a partir de oito emendas, todas assinadas pelo líder do PT na Casa, Fabiano Conterato (ES). Ele, no entanto, não detalhou quais seriam os dispositivos afetados.

Temas sensíveis

“O que nós acertamos na reunião é que o relatório apresentado por Eduardo Braga, seja qual for, nós iremos apoiar”, destacou Raulfon.

Uma das principais preocupações do governo diz respeito às pressões para que mais setores sejam incluídos na lista de

exceções, que pagarão uma alíquota menor de imposto.

Em entrevista ao **Correio**, o secretário Bernardo Appy, da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, lembrou que “quanto mais setores colocados nas exceções, maior será a alíquota padrão” do Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

O Executivo também está



É claro que nós, como governo, não vamos trabalhar para derrubar um veto do presidente, mas consideramos legítimo colocar a discussão para que a oposição faça o seu trabalho de convencimento, e nós também”

Jaques Wagner (PT-BA), líder do governo no Senado

reticente em relação à trava colocada pelo relator em seu parecer, com o propósito de evitar elevação da carga tributária.

No relatório, Braga criou o “teto de referência”, calculado a partir da média da receita no período de 2012 a 2021, apurada como proporção do PIB (Produto Interno Bruto). Se ultrapassar esse teto, a alíquota padrão do novo imposto será reduzida. Nem o governo federal nem estados nem municípios concordam com esse ponto. Mas o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, aceitou incluir o trecho para garantir a aprovação.

Informe Publicitário



POSICIONAMENTO SETOR MINERAL REFORMA TRIBUTÁRIA (PEC 45)

O Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), principal porta-voz da indústria mineral, reafirma o apoio à reforma tributária em discussão e em tramitação no Senado Federal e a considera fundamental para acelerar o ritmo de crescimento e trazer racionalidade fiscal à economia. Contudo, o IBRAM destaca que o texto da PEC 45 precisa de ajustes, pois temas alheios à reforma inseridos na proposta vão em sentido contrário aos princípios que a nortearam e, assim, vão gerar insegurança jurídica, inflação e inibir a atração de investimentos para setores estratégicos, especialmente à transição energética, para a qual todos os minerais têm papel preponderante. O Setor Mineral representou o equivalente a 40% do saldo da balança comercial brasileira em 2022.

No caso da mineração, estudos da consultoria EY (Ernst&Young) constatam que o Brasil já apresenta a maior carga tributária total para as 12 principais substâncias minerais para a economia do país.

As principais questões envolvendo a PEC 45, na visão do IBRAM, são:

1. A imposição de Imposto Seletivo para a mineração no Art. 153 irá resultar em inflação, aumento da carga tributária e fuga de investimentos do Brasil, acrescentando-se que significará um benefício aos países concorrentes em mineração, especialmente a Austrália. A medida proposta representa um desestímulo a investimentos no Brasil, diminui a competitividade da mineração brasileira o que acarretará na restrição ao crescimento econômico.

2. O Imposto Seletivo vai na contramão das tendências globais, ou seja, de incentivar a pesquisa e a produção em maior escala dos minerais críticos para a transição energética e para viabilizar a economia de baixo carbono. Isso porque inexistente fonte de energia limpa e renovável que não demande minerais em seu desenvolvimento e em sua operação. O Brasil pode, mais uma vez, perder a janela de oportunidade da alta demanda por minerais críticos para a transição energética.

3. Em nenhum país do mundo minérios são objeto de Imposto Seletivo.

4. O argumento proposto para a cobrança do Imposto Seletivo – impacto ambiental da atividade mineral – já é objeto da Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM que está prevista na Constituição de 1988, em seu Art. 20, § 1º, e, portanto, não se justifica.

5. O Art. 136, que mantém as contribuições estaduais para fundos de infraestrutura, deve ser suprimido, pois, além de duramente questionados no STF quanto à sua constitucionalidade, tais fundos oneram produtos primários, semielaborados e as exportações, tudo oposto ao que a reforma precisa resolver, resultando em aumento da carga tributária e perda de competitividade.

Leia o conteúdo completo na íntegra



Empresários defendem texto

Setenta economistas e empresários assinaram um manifesto em apoio à aprovação da reforma tributária. O texto endossa a proposta apresentada pelo relator Eduardo Braga (MDB-AM), que deve ser analisada, hoje, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

Entre os signatários do artigo, estão ex-presidentes do Banco Central, como Afonso Celso Pastore, Arminio Fraga e Gustavo Loyola; ex-ministros da Fazenda, como Mailson da Nóbrega, Henrique Meirelles e Guido Mantega; economistas idealizadores do Plano Real, como Edmar Bacha e Persio Arida; secretários e ex-secretários de Fazenda, como Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt e Helcio Tokeshi; e empresários, como Jorge Gerdaud e Pedro Passos.

“A reforma tributária em discussão no Senado é a mudança de que precisamos para construir um sistema tributário que impulse o desenvolvimento econômico e social no Brasil”, diz o manifesto.

A iniciativa é do Pra Ser Justo — movimento suprapartidário criado por organizações da sociedade civil empenhadas na aprovação da reforma. “O relatório apresentado pelo senador Eduardo Braga à CCJ mantém os principais pilares da reforma”, acrescenta.

O texto afirma, porém, que o relatório de Braga “promove a ampliação da já elevada quantidade de regimes específicos e favorecidos aprovada pela Câmara, distanciando a reforma tributária dos melhores modelos praticados no mundo”. “Reconhecemos que concessões são necessárias

Roque de Sá/Agência Senado



A CCJ do Senado deve aprovar, hoje, a PEC da reforma tributária



A reforma tributária em discussão no Senado é a mudança de que precisamos para construir um sistema tributário que impulse o desenvolvimento econômico e social no Brasil”

Trecho do manifesto

para viabilizar politicamente a aprovação da reforma, mas advertimos que, sob a perspectiva técnica, o limite razoável já foi atingido ou mesmo superado”, destaca.

Mesmo assim, os signatários recomendam a aprovação da proposta para aumentar o crescimento do país. “Os senadores e as senadoras têm a responsabilidade de zelar por um modelo capaz de aumentar a produtividade

e o crescimento do país, além de reduzir nossas desigualdades sociais e regionais.”

Conforme os signatários, “a aprovação da PEC 45 pela Câmara dos Deputados, em julho, foi um momento histórico para o Brasil”. “Chegou o momento de o Senado Federal deixar sua marca. Que seja a de um sistema tributário mais eficiente, transparente e justo para todo o povo brasileiro”, enfatiza.